SUMÁRIO

Prefeitura de Uberlândia - MG
Analista Pedagógico

SUMÁRIO

LÍNGUA PORTUGUESA

Compreensão e interpretação de textos 1
Denotação e conotação; significação das palavras 6
Figuras 14
Coesão e coerência 19
Tipologia e gênero textual 23
Emprego das classes de palavras 33
Sintaxe da oração e do período 44
Pontuação 52
Concordância verbal e nominal 57
Regência verbal e nominal 59
Estudo da crase 61
Semântica e estilística 62
Questões 63
Gabarito 73

MATEMÁTICA

Números e operações: cálculo aritmético 1
Porcentagens, acréscimos e descontos 10
Álgebra e funções 12
Proporcionalidade, grandezas diretamente proporcionais e grandezas inversamente proporcionais 17
Sequências e raciocínio lógico 20
Grandezas e medidas: áreas e perímetros de figuras planas 22
Probabilidade e estatística: tratamento da informação, leitura e representação da informação em gráficos, tabelas e pictogramas e medidas de tendência central 33
Questões 39
Gabarito 46

LEGISLAÇÃO MUNICIPAL E EDUCACIONAL

Lei orgânica do município de uberlândia 1
Lei municipal nº 11.967/2014, Que dispõe sobre o plano de carreira dos servidores do quadro da educação da rede pública municipal de ensino de uberlândia 51

Maxi educa

SUMÁRIO

Decreto municipal nº 20.179, De 10 de fevereiro de 2023 - aprova o código de ética do servidor público e da alta administração municipal 63
Diretrizes curriculares municipais (educação especial, educação infantil, ensino fundamental i, ensino fundamental ii, educação de jovens e adultos) 72
Documento orientador para as ações pedagógicas - 2025 73
Questões 75
Gabarito 79

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Lei nº 9.394/1996 (Ldb) face às necessidades históricas da educação brasileira 1
Construção do projeto político-pedagógico (ppp) da escola: concepção; princípios; e, eixos norteadores 7
Diretrizes curriculares nacionais para a educação básica 10
Cbc: ciclo da alfabetização e ciclo complementar 12
Referencial curricular nacional para a educação infantil (rcnei) 20
Parâmetros curriculares nacionais (pcn) 30
Base nacional comum curricular (bncc) 46
Estatuto da criança e do adolescente (eca) 102
Gestão escolar democrática 170
Estrutura das organizações escolares 177
Fundamentos da educação: teorias e concepções pedagógicas 193
Educação e suas relações com os campos socioeconômicos, políticos e culturais 205
Sociologia da educação 210
A democratização da escola 212
A atuação do pedagogo na escola. Elementos da prática pedagógica 225
A organização escolar 234
Elementos da cultura escolar: saber escolar; método didático; avaliação escolar; e, fundamentos das relações coletivas para o trabalho docente 241
O processo didático educativo 248
Planejamento escolar: concepção; importância; dimensões; e, níveis 254
Planejamento de ensino e seus elementos constitutivos: objetivos educacionais; seleção e organização de conteúdos; métodos e técnicas 260
Currículo e construção do conhecimento: a organização do tempo e do espaço escolar 267
Tendências pedagógicas 273
Projetos de trabalho e interdisciplinaridade 276
Processo de ensino-aprendizagem: relação professor aluno 278
Bases psicológicas da aprendizagem; teorias de aprendizagem 291
Condições para aprendizagem 298

SUMÁRIO

SUMÁRIO

Computador como recurso pedagógico 304
Principais aspectos do comportamento organizacional: conflitos; poder; liderança; comunicação; motivação; e, técnicas de negociação 310
Processos e propriedades estruturais dos grupos na organização formal 312
Planejamento; acompanhamento; avaliação de treinamentos; e, demais processos educacionais 319
Andragogia: a teoria da aprendizagem dos adultos 327
Questões 329
Gabarito 338

CONHECIMENTOS DIDÁTICO-PEDAGÓGICOS

Fundamentos da educação: conceitos e concepções pedagógicas, seus fins e papel na sociedade ocidental contemporânea 1
Principais aspectos históricos da educação brasileira 10
Aspectos legais e políticos da organização da educação brasileira: as diretrizes curriculares nacionais e suas implicações na prática pedagógica 12
Estatuto da criança e do adolescente (eca) 24
Ldb - lei federal nº 9394/1996 91
Parâmetros curriculares nacionais 123
Competências e habilidades propostas pela base nacional comum curricular (bncc) da educação básica 128
Constituição federal de 1988 - cap. Iii. Educação, trabalho, formação profissional e as transformações da educação básica 184
Função histórica e social da escola: a escola como campo de relações (espaços de diferenças, contradições e conflitos) para o exercício e a formação da cidadania, difusão e construção do conhecimento 189
Organização do processo didático: planejamento, estratégias e metodologias, avaliação 192
Avaliação como processo contínuo, investigativo e inclusivo 197
A didática como fundamento epistemológico do fazer docente 198
Currículo e cultura 199
Conteúdos curriculares e aprendizagem 204
Projetos de trabalho 208
Interdisciplinaridade e contextualização 214
Multiculturalismo 217
A escola e o projeto político-pedagógico (ppp) 222
O espaço da sala de aula como ambiente interativo 225
A atuação do professor mediador e a atuação do aluno como sujeito na construção do conhecimento 226
Planejamento e gestão educacional 235
Gestão da aprendizagem 240
Professor: formação e profissão 252
A pesquisa na prática docente 256

SUMÁRIO

A educação em sua dimensão teórico-filosófica: filosofias tradicionais da educação e teorias educacionais contemporâneas **259**

As concepções de aprendizagem-aluno-ensino-professor nas abordagens teóricas **265**

Principais teorias e práticas na educação **268**

As bases empíricas, metodológicas e epistemológicas das diversas teorias de aprendizagem; contribuições de piaget, vygotsky e wallon para a psicologia e a pedagogia; psicologia do desenvolvimento: aspectos históricos e biopsicossociais **275**

Temas contemporâneos: bullying, o papel da escola, a escolha da profissão, transtornos alimentares na adolescência, família, escolhas sexuais, a valorização das diferenças individuais, de gênero, étnicas e socioculturais **288**

Questões **299**

Gabarito **308**

Língua Portuguesa

A compreensão e a interpretação de textos são habilidades essenciais para que a comunicação alcance seu objetivo de forma eficaz. Em diversos contextos, como na leitura de livros, artigos, propagandas ou imagens, é necessário que o leitor seja capaz de entender o conteúdo proposto e, além disso, atribuir significados mais amplos ao que foi lido ou visto.

Para isso, é importante distinguir os conceitos de compreensão e interpretação, bem como reconhecer que um texto pode ser verbal (composto por palavras) ou não-verbal (constituído por imagens, símbolos ou outros elementos visuais).

Compreender um texto implica decodificar sua mensagem explícita, ou seja, captar o que está diretamente apresentado. Já a interpretação vai além da compreensão, exigindo que o leitor utilize seu repertório pessoal e conhecimentos prévios para gerar um sentido mais profundo do texto. Dessa forma, dominar esses dois processos é essencial não apenas para a leitura cotidiana, mas também para o desempenho em provas e concursos, onde a análise de textos e imagens é frequentemente exigida.

Essa distinção entre compreensão e interpretação é crucial, pois permite ao leitor ir além do que está explícito, alcançando uma leitura mais crítica e reflexiva.

— Conceito de Compreensão

A compreensão de um texto é o ponto de partida para qualquer análise textual. Ela representa o processo de decodificação da mensagem explícita , ou seja, a habilidade de extrair informações diretamente do conteúdo apresentado pelo autor, sem a necessidade de agregar inferências ou significados subjetivos. Quando compreendemos um texto, estamos simplesmente absorvendo o que está dito de maneira clara, reconhecendo os elementos essenciais da comunicação, como o tema , os fatos e os argumentos centrais.

A Compreensão em Textos Verbais

Nos textos verbais , que utilizam a linguagem escrita ou falada como principal meio de comunicação, a compreensão passa pela habilidade de ler com atenção e reconhecer as estruturas linguísticas. Isso inclui:

– Vocabulário : O entendimento das palavras usadas no texto é fundamental. Palavras desconhecidas podem comprometer a compreensão, tornando necessário o uso de dicionários ou ferramentas de pesquisa para esclarecer o significado.

– Sintaxe: A maneira como as palavras estão organizadas em frases e parágrafos também influencia o processo de compreensão. Sentenças complexas, inversões sintáticas ou o uso de conectores como conjunções e preposições requerem atenção redobrada para garantir que o leitor compreenda as relações entre as ideias.

– Coesão e coerência: são dois pilares essenciais da compreensão. Um texto coeso é aquele cujas ideias estão bem conectadas, e a coerência se refere à lógica interna do texto, onde as ideias se articulam de maneira fluida e compreensível.

Ao realizar a leitura de um texto verbal, a compreensão exige a decodificação de todas essas estruturas. É a partir dessa leitura atenta e detalhada que o leitor poderá garantir que absorveu o conteúdo proposto pelo autor de forma plena.

A Compreensão em Textos Não-Verbais

Além dos textos verbais, a compreensão se estende aos textosnão-verbais , que utilizam símbolos, imagens, gráficos ou outras representações visuais para transmitir uma mensagem. Exemplos de textos não-verbais incluem obras de arte, fotografias, infográficos e até gestos em uma linguagem de sinais.

Números Naturais

Os números naturais são o modelo matemático necessário para efetuar uma contagem.

Começando por zero e acrescentando sempre uma unidade, obtemos o conjunto infinito dos números naturais

$$\mathbb{N} = \{0,1,2,3,4,5,6 \ldots .\}$$

- Todo número natural dado tem um sucessor

a) O sucessor de 0 é 1.

b) O sucessor de 1000 é 1001.

c) O sucessor de 19 é 20.

Usamos o * para indicar o conjunto sem o zero.

$$\mathbb{N}^* = \{1,2,3,4,5,6\ldots .\}$$

- Todo número natural dado N, exceto o zero, tem um antecessor (número que vem antes do número dado).

Exemplos: Se m é um número natural finito diferente de zero.

a) O antecessor do número m é m-1.

b) O antecessor de 2 é 1.

c) O antecessor de 56 é 55.

d) O antecessor de 10 é 9.

Expressões Numéricas

Nas expressões numéricas aparecem adições, subtrações, multiplicações e divisões. Todas as operações podem acontecer em uma única expressão. Para resolver as expressões numéricas utilizamos alguns procedimentos:

Se em uma expressão numérica aparecer as quatro operações, devemos resolver a multiplicação ou a divisão primeiramente, na ordem em que elas aparecerem e somente depois a adição e a subtração, também na ordem em que aparecerem e os parênteses são resolvidos primeiro.

Exemplo 1

10 + 12 – 6 + 7

22 – 6 + 7

16 + 7

23

Exemplo 2

40 – 9 x 4 + 23

40 – 36 + 23

4 + 23

27

LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE UBERLÂNDIA/MG.

O Povo do Município de Uberlândia, consciente de que cumpre a todos contribuir para a formação de uma sociedade com base na justiça e na solidariedade como valores indispensáveis à convivência humana, sob a proteção de Deus e por seus representantes eleitos, promulga a seguinte Lei Orgânica do Município:

TÍTULO I
DO MUNICÍPIO

CAPÍTULO I
DOS PRINCÍPIOS GERAIS

Art. 1º O Município de Uberlândia, Estado de Minas Gerais, integra, com autonomia político-administrativa, a República Federativa do Brasil, como participante do Estado Democrático de Direito, comprometendo-se a respeitar, valorizar e promover seus fundamentos básicos:

I - a soberania;

II - a cidadania;

III - a dignidade da pessoa humana;

IV - os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa;

V - o pluralismo político.

Parágrafo Único - Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos, ou diretamente, nos termos da Constituição Federal e desta Lei Orgânica.

Art. 2º São poderes do Município, independentes e harmônicos entre sí, o Legislativo e o Executivo.

Parágrafo Único - O Prefeito, o Vice-Prefeito eos Vereadores são eleitos para o mandato de quatro anos, na forma estabelecida pela Constituição Federal.(Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica nº 24/2005)

CAPÍTULO II
DOS PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS

Art. 3º O Município de Uberlândia tem fundamento em sua autonomia e os seguintes objetivos prioritários:

I - construir uma sociedade livre, justa e solidária;

II - promover o bem-estar de todos, sem preconceito de origem, raça, sexo, idade e quaisquer outras formas de discriminação;

III - combater a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais;

IV - garantir, no âmbito de sua competência a efetividade dos direitos e garantias fundamentais da pessoa humana;

V - promover adequado ordenamento territorial, de modo a assegurar a qualidade de vida de sua população e a integração urbano-rural;

VI - promover planos, programas e projetos de interesse dos segmentos mais carentes da sociedade;

Conhecimentos Específicos

Necessidades Históricas da Educação no Brasil

A compreensão da LDB/1996 exige, antes de tudo, uma leitura crítica do passado educacional brasileiro. A legislação não surgiu em um vácuo, mas como resposta a uma longa série de omissões, desigualdades e centralizações que marcaram a história educacional do país. As principais necessidades históricas da educação brasileira podem ser agrupadas em três eixos estruturantes: desigualdade social e exclusão educacional; centralização e autoritarismo educacional; e falta de acesso e permanência na escola.

▸ Desigualdade Social e Exclusão Educacional:

Desde o período colonial, a educação no Brasil foi seletiva e excludente. Durante séculos, o ensino formal esteve restrito a elites econômicas e sociais, muitas vezes mediado por instituições religiosas. A abolição da escravidão (1888) e a República (1889) não trouxeram, de imediato, a universalização da escola. Grupos historicamente marginalizados — como a população negra, indígena e rural — permaneceram à margem do sistema educacional.

Com o avanço da urbanização e industrialização no século XX, a demanda por educação cresceu. No entanto, o sistema manteve padrões elitistas e reprodutores de desigualdades, como já denunciava a literatura educacional crítica a partir da década de 1960, especialmente na obra de autores como Florestan Fernandes e Paulo Freire.

Essa realidade gerou um sistema educacional altamente excludente, que reforçava a estratificação social e limitava o desenvolvimento de uma cidadania plena e participativa. A exclusão se manifestava tanto no acesso quanto na permanência e na qualidade da educação oferecida às classes populares.

Centralização e Autoritarismo Educacional:

Outro traço marcante da história educacional brasileira foi a centralização excessiva das decisões políticas e pedagógicas, sobretudo no período do regime militar (1964-1985). Durante essa fase, as reformas educacionais foram orientadas por interesses tecnocráticos e econômicos, com forte influência da ideologia da produtividade, alinhada a organismos internacionais como o Banco Mundial.

A centralização administrativa e curricular impôs modelos homogêneos e descontextualizados, desconsiderando as especificidades regionais, culturais e socioeconômicas do país. Isso limitou a autonomia das escolas, dos sistemas de ensino e dos professores, enfraquecendo a construção de projetos pedagógicos próprios e a participação democrática da comunidade escolar.

Além disso, o autoritarismo político se refletiu no controle ideológico dos conteúdos escolares, reprimindo debates críticos e a liberdade de cátedra — condição fundamental para uma educação emancipadora, como defendida por Paulo Freire.

Falta de Acesso e Permanência na Escola:

A expansão do ensino básico foi historicamente lenta no Brasil. Mesmo após a promulgação da Constituição de 1934, que já previa a obrigatoriedade da educação primária, o país demorou décadas para universalizar o ensino fundamental.

Durante boa parte do século XX, o acesso à escola pública era limitado por barreiras geográficas, econômicas e culturais. O analfabetismo persistente, a evasão escolar e a repetência eram sintomas de um sistema incapaz de garantir não apenas o acesso, mas também a permanência e o sucesso escolar dos estudantes.

As estatísticas educacionais da década de 1980 revelavam um quadro alarmante: altas taxas de analfabetismo funcional, distorção idade-série e baixíssimo índice de conclusão do ensino fundamental entre as camadas mais pobres da população.

Fundamentos da Educação[1]

A educação deve levar em conta a natureza própria do indivíduo, encontrando esteios nas leis da constituição psicológica do indivíduo e seu desenvolvimento. A relação entre os indivíduos a educar e a sociedade torna-se recíproca. Pretende que a criança aproxime do adulto não mais recebendo as regras de boa ação, mas conquistando-as com seu esforço e suas experiências pessoais, em troca a sociedade espera das novas gerações mais do que uma imitação; espera um enriquecimento.

Caso queiramos proceder corretamente no campo técnico da educação, teremos que a elas recorrer para que não sejamos tentados em nossa ação educativa, a impor modelos, para com que eles, os alunos, se identifiquem. Teremos sim que lhes oferecer situações. experiências que resultem em uma modelagem adequada. Modelagem não estereotipada, mas decorrentes das diferenças individuais de cada aluno.

— Fundamentos Sociológicos

No Brasil, convivem lado a lado, uma Sociologia de Educação cética com relação à ordem existente, baseada em modelo marxista, uma outra baseada em metodologia de pesquisa empiricista e, ainda outra que, rejeitando ambas as abordagens, adota perspectivas de inspiração interacionista, fenomenológica ou etnometodológica. As diferenças entre os referenciais teóricos, os temas tratados e a orientação política são tão grandes que talvez fosse mais correto falar em Sociólogas da Educação.

Nos últimos vinte anos pertencem a Althusser (1970), Bowles e Gintis (1976), Bourdieu e Passeron (1970) e Michael Yong (1971), os estudos que marcaram e delimitaram o campo da Sociologia Educacional. Estes estudos postulam que a produção e reprodução das classes reside na capacidade de manipulação e moldagem das consciências, na preparação de tipos diferenciados de subjetividade de acordo com as diferentes classes sociais.

A escola participa na consolidação desta ordem social pela transmissão e incubação diferenciada de certas ideias, valores, modos de percepção, estilos de vida, em geral sintetizados na noção de ideologia. Os estudos centram-se nos mecanismos amplos de reprodução social via escola.

Num outro eixo, encontramos os ensaios da Nova Sociologia da Educação preocupados em descrever as minúcias do funcionamento do currículo escolar e seu papel na estruturação das desigualdades sociais. A Nova Sociologia da Educação coloca a problematização dos currículos escolares no centro da análise sociológica de Educação.

A Sociologia da Educação, hoje, aborda como tema central de discussão: o papel da educação na produção e reprodução da sociedade de classes. A Educação facilmente descobre que um dos lugares eminentes de sua teoria e de sua prática está no interior dos movimentos sociais. Cabe, pois, a escola o papel de preparar técnica e subjetivamente as diferentes classes sociais para ocuparem seus devidos lugares na divisão social.

Bourdien e Passeron percebem como essa divisão é mediada por um processo de reprodução cultural. Sabemos que as forças culturais que atuam sobre o comportamento precisam ser conhecidas para um melhor planejamento e, consequentemente, melhor ensino. De particular interesse para o processo educativo são os fatores familiares, o grupo de adolescentes a que se filia (“a turma”) e a escola.

As condições do ambiente forjam a sua resposta ou reticência, aos estímulos, formando padrões de hábitos que encorajam ou desencorajam as atividades que motivam ou desmotivam a aprendizagem. O comportamento em classe está estritamente relacionado com o ambiente familiar e a sua posição socioeconômica. Fatores estes ocasionadores de procedimentos antissociais ou de extrema instabilidade e falta de amadurecimento.

A “turma” é de vital importância para o adolescente que, ao “enturmar-se”, prefere os padrões de seu grupo aos dos adultos, algumas vezes diminuindo até o seu rendimento escolar para satisfazer o seu grupo. O aluno, ser temporal e espacial, vivendo dentro de uma comunidade, pertencendo a um grupo social, participando de instituições várias, possuindo um “status” socioeconômico, para integrar-se aos padrões de comportamento social necessita de um atendimento dentro da sua realidade individual.

1 https://pedagogiaparaconcurseiros.com.br/apostila-de-fundamentos-da-educacao/